

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO HISTÓRICO
EVALUATION CHILD EDUCATION IN HISTORICAL CONTEXT
EVALUACIÓN EN LA EDUCACIÓN INFANTIL EN EL CONTEXTO HISTÓRICO

*Alan César Belo Angeluci
**Priscila Mota Ferreira Baena
***Vanessa Martos Gasquez

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir o processo histórico da avaliação na Educação Infantil, uma trajetória centrada em juízos e valores sobre a criança. A necessidade de uma reforma educacional voltada ao aluno era evidente, a avaliação em uma perspectiva transformadora, onde os resultados fizessem parte da análise da vivência da criança. A avaliação desde o século IV não era compreendida, sabemos que a avaliação é indispensável para valorizar a diversidade dos alunos e proporcionar experiências que lhes ajudem a avançar e a desenvolver-se, é a partir da avaliação que podemos conhecer as diferentes dificuldades e necessidades individuais dos alunos e planejar diversas atividades que possibilitem seu desenvolvimento, sem que se sintam incapazes e frustrados a realizá-las. Assim, algumas implementações nas Políticas Públicas com base em documentos legais aconteceram até o surgimento do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), visando à orientação didática de professores nesta área. O RCNEI foi publicado em 1998 e ainda é utilizado por professores e instituições em todo o país, embora um marco importante de base para a construção de outros documentos de políticas públicas no Brasil, a avaliação na educação infantil só será efetiva com a crescente e efetiva formação de qualidade ao professor, pois é ele que atua diretamente com as crianças na sala de aula. Neste caso, é essencial a mediação, ou seja, um professor que promova um ambiente de confiança, valorizando as ações educativas desencadeando novos conhecimentos construídos a partir desenvolvimento individual de cada aluno.

Palavras-chave: Avaliação; Educação; Currículo Referencial.

1. INTRODUÇÃO

O ato de avaliar faz parte do nosso cotidiano, na escola, casa ou lazer. Pode ser confundida como prova, exame, teste, mas seu significado é mais amplo, uma vez que avaliar inclui um julgamento de valor. Na escola as avaliações transformam-se em classificação ou são transcritas em forma de relatórios, fichas comportamentais e/ou registros numéricos com a possibilidade de serem divididos, somados ou até subtraídos, a nota é, em geral, vista como uma “verdade” onde é avaliado se a criança aprendeu ou não.

Na educação escolar, a prática avaliativa é utilizada unicamente em um significado restrito: o de selecionar e classificar o aluno. O termo avaliar provém etimologicamente do latim *a-valere*, que quer dizer dar valor a. No entanto, na educação escolar, não deveria ser utilizada como sinônimo de julgar, mas sim, auxiliar no desenvolvimento das habilidades e dificuldades do aluno, pois a partir da avaliação de desempenho podemos refletir sobre o

* Doutorado em Ciências (POLI/USP/SP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Educação (USCS/SP). E-mail: aangeluci@uscs.edu.br. ORCID: 0000-0002-4093-0590.

** Mestrado Profissional em Docência e Gestão Educacional. (USCS/SP). Professora de Educação Especial da rede municipal (São Caetano do Sul/SP). E-mail: pribarena@gmail.com. ORCID: 0000-0002-5816-0272.

*** Mestrado Profissional em Educação (USCS/SP). Professora da Rede Municipal (São Caetano do Sul/SP). E-mail: imprensavanessa@gmail.com. ORCID: 0000-0003-0722-3568.

nosso trabalho, a nossa prática em busca de novas estratégias. Dessa forma, a avaliação é um excelente mecanismo para a condução da ação pedagógica.

Na Educação Infantil, considerada como a primeira fase da educação básica destinada a crianças de zero a cinco anos, a prática avaliativa será realizada através do acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem a objetividade de promoção.

Nesta etapa da educação escolar, é preciso compreender a criança é como um ser social que possui capacidades cognitivas, emocionais, afetivas e o professor poderá auxiliar para que ocorra o desenvolvimento pleno das crianças. O professor pode organizar o ambiente para que as crianças sintam-se seguras e possa se expressar, confiar em suas tentativas de aprender, valorizar suas descobertas, trocando experiências com diferentes crianças e adultos, pois suas percepções e compreensões da realidade são diversas.

O processo ensino-aprendizagem ocorre de forma contínua, cumulativa, integrativa, porém, é difícil avaliá-lo. O ato de avaliar é um processo comum a todas as atividades humanas, é inevitável por parte do ser humano. Frequentemente, em nosso meio social, somos chamados a apreciar, analisar e julgar. Na educação escolar, a avaliação tem se estendido aos alunos, aos professores, aos métodos, aos equipamentos, aos prédios escolares, aos sistemas, aos projetos/programas, aos currículos e até a própria avaliação.

No contexto escolar, um dos elementos de destaque é a avaliação, pois a comunidade, pais/responsáveis, direção, professores e alunos são, constantemente, agentes desse processo que avaliam o que ocorre nos espaços escolares. A resposta a uma questão, a apresentação de um trabalho, a resolução de um exercício, o comportamento diferenciado são comuns ao ambiente de sala de aula e são avaliados tanto pelos professores como pelos alunos.

Enguita (1989) ressalta que no ambiente escolar é comum ser medido ou classificado, uma vez que nossas ações podem ser anexadas em nosso registro pessoal.

A palavra avaliação assume os mais diferentes significados. Souza (1992) destaca que a avaliação é um processo poderoso e controlador do conhecimento, pois alunos e professor não interagem no processo de avaliação, sendo que o aluno estuda para o ‘temido’ dia de prova, respondendo as questões sem, muitas vezes, compreende-las, e não pode solicitar o auxílio do professor ou de colegas. Destacamos que algumas avaliações são mal formuladas e permitem diversas interpretações por parte dos alunos. Não é levado em consideração o processo individual da aquisição do conhecimento. É usual o professor apenas apresentar situações fixas e orientadas para a memorização e condicionamento, com isso, o aluno apenas executa ações, tornando-se um mero executor de normas pré-estabelecidas, repetindo o conteúdo

repassado por seu professor, assim, são consideradas as respostas certas ou erradas de acordo com os critérios estabelecidos pelo professor (ou livro didático). Portanto, a avaliação escolar:

[...] é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (CALDEIRA, 1997, p. 122).

Smole (2001) considera a avaliação como medida de diferença, entre o que o aluno aprendeu e o que o professor ensinou durante um período. O valor da aprendizagem se faz por meio da elaboração de avaliações uniformes, testes de rendimento, classificando os alunos em fracos, médios e fortes. É uma prática usada para estimular e controlar o aluno, tais situações contribuem para o desinteresse escolar e para o sentimento de fracasso que circunda o ensino e a aprendizagem.

2. O PERCURSO HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO: DO JULGAMENTO AO CASTIGO

Entendemos que para alguns autores, a avaliação tem como objetivo apreciar o valor ou julgar, mostrando assim, a importância ao julgamento de valor ou de mérito. Essas definições foram apresentadas com intuito de demonstrar que os significados dependem do entendimento que se tem da função da avaliação, pois desde os primórdios a prática avaliativa revela a sua dimensão associada às idéias de medir e testar, ou seja, a incluir alguns e excluir outros. Esta prática foi firmada desde o início como via de controle, destinada a classificar.

Na história antiga, encontramos diversas formas de avaliação. Em algumas tribos primitivas os adolescentes eram submetidos a provas relacionadas aos seus usos e costumes, para serem considerados adultos após aprovação. (SOEIRO e AVELINE, 1982).

O filósofo grego Platão, denominado como o primeiro pedagogo, tinha como objetivo a educação para formar sábios e encontrar virtudes integradas à ética e política. Segundo suas idéias, as aptidões dos alunos deveriam ser testadas, e somente os escolhidos receberiam uma formação completa para seguir como governantes.

Este processo de avaliação ocorria lentamente, porque considerava que o talento e o gênio só eram manifestos aos poucos. A escolha dos futuros cidadãos acontecia mesmo antes do nascimento, praticando a eugenia frente aos recém-nascidos. Depois as crianças eram levadas ao campo, pois Platão acreditava que a influência dos mais velhos corrompia a educação. Até completar dez anos, o aprendizado era baseado em brincadeiras e esportes, depois uma educação musical e poética envolvendo os conteúdos de História, Ciências e Matemática. Aos dezesseis anos, a música e os exercícios físicos faziam parte do equilíbrio

entre força e aprimoramento do espírito. Depois dos vinte anos, os jovens passariam por um teste, os aprovados receberiam mais dez anos de treinamento. Após anos de instruções para o aprimoramento do corpo, mente e caráter, um próximo teste seria feito, agora para escolher a carreira que iriam abraçar, os reprovados seguiriam a carreira militar e os aprovados a filosofia. Somente aos trinta e cinco anos as preparações cessariam, mas ainda somariam quinze anos de vivência em sociedade, somente os escolhidos se tornariam governantes ou “guardiões do Estado”. (SOEIRO e AVELINE, 1982).

Luckesi (2003) afirma que no século XVI os jesuítas destinavam atenção especial às chamadas provas e exames, nas orientações dos estudos escolásticos. Eram ocasiões especiais, formadas por bancas examinadoras, seja pela criação de procedimentos para exames, seja pela informação pública dos resultados.

No século XVII, a pedagogia comeniana defende a atenção especial à educação como centro de interesse da ação do professor e dispensa o uso dos exames como meio de incentivo dos estudantes ao trabalho intelectual da aprendizagem, entretanto, Comênio acreditava que o medo era um excelente fator para manter a atenção dos alunos às atividades escolares, este era o meio encontrado para se prepararem para o curso superior, a academia. O filósofo considerava que os professores deveriam usar esta ferramenta para facilitar o aprendizado, economizando tempo e fadiga, conforme Luckesi (2003).

Podemos perceber que no passado, o medo tem grande influência na prática escolar. As condutas consideradas como errôneas pelas crianças eram punidas pelos adultos, um exemplo é a palmatória, um instrumento de punição física, introduzido pelos jesuítas no século XVI, como meio de punir os indígenas indisciplinados. Esta prática migrou para a escravidão africana e ao final do século XIX, a palmatória foi inserida na escola.

Luckesi (2003) afirma que no sul do Brasil era comum o uso da régua escolar para bater no aluno, caso não respondesse a lição corretamente, no nordeste era usada à palmatória, que, dependendo da gravidade do erro, o professor analisava a quantidade de palmadas, além disso, eram utilizados castigos, como colocar os alunos de joelhos em grãos de feijão ou milho, ou ainda um clássico castigo moral, em que o professor mandava o aluno para frente da classe, olhando para a parede e com os braços abertos.

3. O SURGIMENTO DA PEDAGOGIA TECNICISTA E O PAPEL DA POLÍTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No século XX as práticas avaliativas de aprendizagem das instituições de ensino ganharam um novo espaço, passando a se chamar pedagogia do exame. Uma pedagogia

voltada para a promoção do estudante na série seguinte de escolaridade, para tanto, é preciso certa formalidade, uma certificação comprovada, a nota.

Além disso, as provas/exames são usadas por alguns professores como meio de ameaça, uma tortura antecipada, pensando ser um estímulo à aprendizagem. Dessa forma, como fator negativo, a dedicação aos estudos surge pela ameaça, o medo leva os estudantes a estudarem não porque os conteúdos sejam importantes, prazerosos e significativos a serem aprendidos. A utilização das provas, não tem muita relação com os conteúdos escolares, mas sim o disciplinamento social dos alunos, sob a força do medo. Assim, mais uma vez, a avaliação é descaracterizada e submetida à concepção de juízo de valor. (ESTEBAN, 2002).

O termo ‘exame’ no início do século XX é substituído por teste. Alguns estudos apontam para medir a inteligência humana o quociente intelectual (QI), estes foram desenvolvidos para avaliar a capacidade cognitiva de um indivíduo e compará-la com sua idade cronológica. Esteban (2002) destaca que o teste foi considerado como um meio científico de avaliar, determinando uma variedade de fatores psicológicos de uma pessoa, como por exemplo, a inteligência.

O pedagogo e psicólogo francês, Alfred Binet, foi o primeiro a construir uma escala de inteligência. Para medir a inteligência de alunos com dificuldades de aprendizagem nas escolas da rede pública francesa no ano de 1905, realizou uma série de testes e criou uma escala que media a capacidade mental do aluno. (ESTEBAN, 2002).

No início do século XX, a avaliação dos chamados deficientes mentais, era baseada quase integralmente ao nível intelectual do aluno. O acesso à escola era explicado pela utilização dos testes, eliminando os degenerados mentais, e ingressando à escola os demais alunos segundo suas condições cognitivas.

Na segunda metade deste século, o termo “teste” é substituído pelo termo “avaliação”. Com o surgimento da pedagogia tecnicista, buscando com bases em justificativas teóricas da corrente behaviorista da aprendizagem, planejando uma educação de modo a favorecer uma organização racional e com uma abordagem sistêmica do ensino, relacionando a educação com cobranças industriais e tecnológicas da sociedade, a avaliação se restringe à construção de livros técnicos sobre a ação avaliativa. (HOFFMANN, 2004).

Hoffmann (2004) afirma que a partir de 1960 a teoria da avaliação educacional, sofreu grande influência sob os estudos do norte-americano Ralph Tyler conhecida como avaliação por objetivos, isto é, um processo de verificação das alterações comportamentais.

Podemos perceber que com esta definição a autora enfatiza o caráter funcional da avaliação, isto é, se processa em função dos objetivos previstos. Outro aspecto apresentado

por ela é que, através da avaliação podemos obter evidências nas mudanças de comportamento ocorridas com o aluno em decorrência da aprendizagem, dessa forma, todos os recursos disponíveis de avaliação devem ser usados para conseguir esses dados.

Ao longo da história da educação novas tendências pedagógicas foram surgindo, mas a avaliação da aprendizagem continuou sendo utilizada como instrumento de controle disciplinador e classificatório, recebendo inúmeras críticas.

A avaliação com crianças de creches e pré-escolas no Brasil é inserida na histórica da Educação Infantil através da expansão da industrialização e a necessidade da presença de mulheres no mercado de trabalho, provocando modificações no que diz respeito à educação dos filhos, aumentando a procura por alternativas de cuidado para as crianças. Segundo Hoffmann (2004), a creche era vista como assistencialista, como um espaço de cuidado e guarda e não como um espaço destinado à educação.

No Brasil, a preocupação de encontrar uma lei que pudesse discutir a Assistência e o Cuidado, somente surge com a Constituição Federal de 1967 e a Junta Militar de 1969. Oliveira (2002) afirma que o governo não fiscalizou a oferta de berçários e creches pelas empresas, desta forma, poucas unidades foram criadas. Contudo, o número de crianças atendidas nas creches era insuficiente e pressionava o poder público a criar outras iniciativas de atendimento à criança. A implantação de creches domiciliares, programas assistenciais de baixo custo, utilizados com recursos comunitários ocorriam como atendimento emergencial de forma inadequada.

No início da década de 1980, muitos questionamentos ocorreram em relação ao trabalho pedagógico acerca destes programas de educação e tornava-se evidente que as crianças de classe baixa não estavam sendo totalmente beneficiadas, mas discriminadas e marginalizadas. Com o término do período militar do governo, em 1985, foram elaboradas novas políticas para as creches e inseridas no Plano Nacional de Desenvolvimento, criado em 1986.

O Estado e as empresas começaram a aceitar a ideia que a creche não era somente responsabilidade das mulheres ou família. Esta questão foi cada vez mais debatida por candidatos a prefeitos e governadores, nas campanhas eleitorais nos anos de 1985 e 1986. (HOFFMANN, 2004).

Devido às lutas pela democratização do ensino, pressões feministas e movimentos sociais possibilitaram na Constituição de 1988 alguma atenção à educação das crianças. Para Kishimoto (2001), desta vez não era mais garantir a guarda, proteção e amparo aos filhos de mulheres trabalhadoras, um espaço institucional assistencialista, gerando concepções de “depósito infantil”, mas o de garantir o direito à educação.

A Constituição de 1988, em seu artigo 208 inciso IV, afirma a assistência gratuita às crianças e dependentes, desde o nascimento até os seis anos de idade em creches e pré-escolas. Já na década de 90, reafirmaram-se os preceitos da Constituição de 1988, marcada pela política de educação infantil definida pelo MEC, a nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Lei nº. 9394/96 institui a educação infantil como primeiro nível da educação básica, mas não a coloca como obrigatória, mas como direito das famílias e dever do Estado.

4. A AVALIAÇÃO COMO REGISTRO E REFLEXÃO

O tema avaliação na concepção das diretrizes legais estabelece que a prática avaliativa não tenha um caráter controlador, classificatório, mas de acompanhamento da aprendizagem. O art. 31 da LDB determina que a avaliação seja feita mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção.

Assim, é a partir da avaliação que podemos conhecer as diferentes dificuldades e necessidades individuais dos alunos e planejar diversas atividades que possibilitem seu desenvolvimento, sem que se sintam incapazes e frustrados a realizá-las. Não basta preparar atividades sem haver um planejamento, é através dele que se projetam fins e se estabelecem meios para atingi-los escrevemos, analisando, interpretando e encontrando melhores caminhos a ser seguidos.

Antes de um planejamento, deve haver critérios estabelecidos pela entidade de ensino, que por sua vez, baseiam-se em documentos oficiais para garantir um mínimo de qualidade nas creches e pré-escolas. A questão do acesso, da formação dos professores, entre outros desafios, refere-se também a uma questão de avaliação e de qualidade da educação infantil.

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), surgiu o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), um documento com objetivo de apontar metas para o professor de modo que as crianças tenham desenvolvimento integral. Pretende contribuir para que as instituições criem um ambiente socializador e que tenham o conhecimento do fator social e cultural. O documento deseja servir como um referencial para os educadores sobre os conteúdos, objetivos e estratégias didáticas, considerando a criança um ser individual no que se refere ao social, emocional, cognitivo e afetivo.

O RCNEI apresenta uma proposta de avaliação baseada na observação, registro e avaliação formativa, ou seja, uma estrutura avaliativa processual e contínua, na qual o aluno é avaliado durante todo o ano letivo, considerando o desenvolvimento do aluno em sua faixa etária. A observação e o registro são os principais instrumentos que o professor possui para

apoiar sua prática, oferecendo uma visão integral das crianças. Os registros diários das observações dos educadores são realizados por meio da escrita, compondo um importante material de reflexão que auxilia a construção do planejamento educativo. Outra forma de registro são as gravações em áudio, vídeo e fotografias.

Por meio da observação, o educador pode perceber manifestações importantes das crianças, do que sabem fazer, do que pensam e conhecer mais sobre os interesses que possuem, assim, observando, pode-se propor novos desafios e partir dos objetivos que deseja alcançar por meio deles.

Segundo o RCNEI (1998), o registro é base de informação sobre as crianças, que serve para o professor como processo de ensino e para a criança como processo de aprendizado, possibilitando retomar o que já aconteceu e avaliar novos apontamentos.

Ainda hoje, existem no Brasil, em determinadas camadas da sociedade, práticas na Educação Infantil considerada errônea no entendimento de avaliação. Uma dessas práticas de avaliação refere-se às produções das crianças destacando-as com estrelinhas, carimbos com desenhos de feliz ou triste conforme o julgamento do professor, conceitos, notas. Nessa fase, a avaliação precisa fortalecer a auto-estima do educando, devendo ser processual, ajudando no processo de aprendizagem.

Para garantir que as crianças avancem no processo de aprendizagem, superando suas dificuldades, o professor deverá possibilitar que elas acompanhem suas conquistas, compartilhando suas observações, deixando que as crianças saibam o que antes não faziam quando chegaram à escola e o que já sabem fazer, acompanhando seu progresso, valorizando suas conquistas, mas com cuidado de não colocá-las em situações de comparação, é preciso fortalecer a função da avaliação formativa e não classificatória.

4.1 A avaliação no processo de aprendizagem segundo o RCNEI – Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

O momento de avaliação implica na reflexão do educador sobre o processo de aprendizagem, uma ação investigativa em vista dos conteúdos lançados e do processo vivido pelas crianças na realização dos objetivos propostos.

O Referencial Curricular Nacional refere-se ao Conhecimento de Mundo, apresentando eixos de trabalhos orientados para a construção de diversas linguagens e conhecimentos pelas crianças, tais como: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

No eixo Movimento, para que o professor possa ter condições de avaliar uma criança, é preciso refletir se a instituição oferece um ambiente para que ela desenvolva uma motricidade saudável, ou seja, que a escola tenha um espaço para dar oportunidades às crianças de se exercitarem, pois muitas vezes, elas ficam apenas sentadas.

A avaliação do movimento deve ser contínua, acompanhando a vivência de cada grupo, realizando uma observação que forneça elementos para ajudar a prática docente, documentando os aspectos referentes à faixa etária em que se encontram. Por exemplo, com as crianças de zero a três anos, podemos observar os gestos e ritmos corporais que elas usam para se deslocar no espaço, e com crianças de quatro e cinco anos, nas participações das brincadeiras que envolvem as diversas habilidades motoras.

No eixo da música o documento sugere também a avaliação contínua e o educador registrará aspectos como: desenvolvimento vocal, rítmico e motor, criação e memorização musical, em um ambiente afetivo, cantando, falando e brincando, afim de que as crianças sejam capazes de concentrar-se aos sons de seu entorno.

A realização de atividades musicais para crianças de zero a três anos objetiva que as mesmas desenvolvam atenção ao ouvir, responder ou imitar, expressar-se musicalmente por meio da voz, do corpo e com diferentes materiais sonoros. E as de quatro e cinco anos, reconheçam a música como linguagem expressiva, por meio da voz, do corpo, de objetos sonoros, podendo improvisar e compor.

Na produção artística é importante que o professor ofereça diversos instrumentos, materiais e suportes, buscando conhecer o processo de cada criança, descartando a avaliação como julgamento de suas produções, como feio ou bonito, certo ou errado, estas concepções atrapalham o processo de aprendizagem.

A avaliação em Artes Visuais ocorre de forma processual, com caráter na análise e reflexão sobre as produções das crianças, pois a arte possui expressões singulares e são passíveis de julgamento.

Para crianças de zero a três anos é possível observar a exploração de diversos materiais, por meio de desenhos, pinturas, modelagens, brincadeiras etc. A partir dos quatro anos, podemos perceber a expressão e comunicação através de diversos materiais.

Os conteúdos de linguagem oral e escrita destacam que é necessário criar um ambiente alfabetizador, onde a criança possa participar em situações reais que favoreçam essas habilidades. Entendemos aqui, se as crianças convivem com a escrita em seu cotidiano, elas têm mais oportunidades de pensar sobre a língua e seus usos. A avaliação neste conteúdo deve ser de forma sistemática e contínua ao longo do período de aprendizagem. É preciso que

façamos um levantamento prévio para conhecer as possibilidades de aprendizagem que as crianças possuem sobre a escrita, leitura e a linguagem oral, avaliação diagnóstica e depois acompanhar o desenvolvimento e dificuldades da criança. Desta forma, o professor pode programar os conteúdos e atividades, planejando sua prática e modificando-a de acordo com a aprendizagem das crianças.

Os registros são importantes, uma vez que, o professor pode acompanhar o progresso das crianças através do que falam, lêem e escrevem. Assim, a observação é um instrumento importante para avaliar a criança em seu processo de construção da linguagem.

O contato com o eixo natureza e sociedade é de fundamental importância para que as crianças conheçam e valorizem algumas manifestações culturais de sua comunidade, através de festas, brincadeiras, danças, comidas, valores transmitidos por meio da prática cotidiana, construídos por meio do convívio social.

No contato com a natureza, as crianças podem descobrir a riqueza e a beleza da diversidade da fauna e flora brasileira, ter contato com pequenos animais, através de livros, fotografias, passeios por parques, ações que favoreçam a aquisição da confiança em suas capacidades e o interesse pela natureza e meio em que vive.

A avaliação também deve ser contínua, utilizando a observação e registro. Esses conteúdos são atrativos para as crianças e a avaliação pode subsidiar o trabalho do professor, apresentando temas de interesse dos alunos que podem ser desenvolvidos em formas de visitas, pesquisas, atividades e projetos. Na avaliação do eixo matemática na Educação Infantil o professor deverá observar e compreender o que as crianças entenderam dos jogos e das atividades propostas. A avaliação tem função de acompanhar o raciocínio da criança sobre as noções matemáticas, o professor torna-se um mediador, lançando perguntas e apresentando diversas situações-problema, o importante é verificar como a criança está construindo o seu conhecimento, ou seja, o processo e não o produto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que a avaliação passou por diversas mudanças, e os instrumentos avaliativos que norteiam a prática pedagógica e os procedimentos para avaliar a aprendizagem das crianças foram compreendidos como importantes nesse processo.

Assim como nas demais modalidades de ensino, na Educação Infantil entendemos a necessidade da presença de instrumentos de avaliação/verificação para garantir a reflexão sobre o processo de ensino, de aprendizagem e do desenvolvimento infantil.

Porém, a escolha do instrumento avaliativo requer especial atenção, por se tratar de uma fase no qual a criança está em pleno desenvolvimento maturacional. Desta forma, é preciso repensar no significado da ação avaliativa no contexto educacional, ampliando os conhecimentos e possibilitando a percepção dos educadores.

Assim, verificamos que a base da avaliação é a observação, não um simples ato de julgamento, classificação e punição sobre a criança, mas através dela o professor poderá conhecer mais sobre o que a criança sabe fazer, o que pensa e o que vivencia. Consideramos que a observação constante e o registro do processo de desenvolvimento infantil são essenciais para o professor qualificar sua prática, servindo como meio de comunicação e troca de experiências entre a coordenação pedagógica, direção e entre os próprios educadores.

Um grande desafio dos profissionais da Educação Infantil é compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular de cada criança, o Referencial Curricular aponta ao professor a importância de um olhar individual como guia de orientação para contribuir no planejamento para a elaboração de projetos, no desenvolvimento e na avaliação de práticas educativas.

A criança ao nascer trás consigo estruturas internas, as quais só irão se desenvolver a partir da interação com o meio e as condições que o meio oferece para que possibilite esta aprendizagem. A interiorização de conhecimento é uma formação e transformação dos esquemas adquiridos, por mais simples que sejam os esquemas que compõe o pensamento, não se restringe à estrutura interna das ações, pois à medida que o conceito é manipulado, interiorizado vai se reconstruindo em um nível superior, acrescentando novidades ao nível inferior. As crianças possuem seus próprios esquemas e pensamentos construídos, cada uma tem a sua percepção, sua história, por isso ao propormos uma brincadeira à crianças da mesma idade, para algumas será consideravelmente fácil e para outras desafiadoras. O professor torna-se, então, um problematizador da ação, o que exige do educador conhecer seus alunos, suas reações, tentativas, limites, possibilidades, planejando a partir das observações e reflexões sobre a sua ação pedagógica.

A ação avaliativa, conseqüentemente, é feita através da mediação, ou seja, um estado de atenção contínua do professor que acompanha e analisa a vida da criança em seu processo de desenvolvimento. Nesse sentido, a avaliação mediadora significa expandir um olhar sobre a criança e suas diversas manifestações no dia-a-dia.

Dessa forma, não há como programar atividades a um grupo de bebês ou crianças e avaliar através de uma lista uniforme de comportamentos, uma vez que cada criança apresenta um desempenho individual, havendo grandes diferenças nas reações e entendimento delas em cada situação. Neste caso, é essencial a mediação, ou seja, um professor que promova um

ambiente de confiança, valorizando as ações educativas desencadeando novos conhecimentos construídos a partir das vivências em grupo.

Assim, o RCNEI destaca a importância de acompanhar o processo de desenvolvimento e construção do conhecimento das crianças, enfatizando o registro do professor, ampliando o campo de observação e considerando o aluno não isoladamente, mas colocando-o junto às situações de ensino-aprendizagem, propiciando que vivam experiências de sucesso, que tenham confiança e vontade em aprender e crescer com o seu grupo.

EVALUATION CHILD EDUCATION IN THE HISTORICAL CONTEXT

Abstract: This article aims to reflect the historical evaluation process in Early Childhood Education, a trajectory centered on judgments and values about the child. The need for a student-led educational reform was evident, evaluation in a transformative perspective, where the results were part of the analysis of the child's experience. Evaluation since the fourth century was not understood, we know that evaluation is indispensable to value the diversity of students and provide experiences that help them to advance and develop, it is from the assessment that we can know the different difficulties and individual needs Of the students and plan various activities that allow their development, without feeling incapable and frustrated to carry them out. Thus, some implementations in Public Policies based on legal documents happened until the appearance of the National Curriculum Reference for Early Childhood Education (RCNEI), aiming at the didactic orientation of teachers in this area. The RCNEI was published in 1998 and is still used by teachers and institutions across the country, although an important framework for the construction of other public policy documents in Brazil, evaluation in early childhood education will only be effective with increasing and effective Quality training to the teacher, since it is he who acts directly with the children in the classroom. In this case, mediation is essential, that is, a teacher who promotes an environment of trust, valuing educational actions, triggering new knowledge built on the individual development of each student.

Keywords: Evaluation; Education; Reference Curriculum.

EVALUACIÓN EN LA EDUCACIÓN INFANTIL EN EL CONTEXTO HISTÓRICO

RESUMEN: Este artículo tiene por objetivo reflejar el proceso histórico de la evaluación en la Educación Infantil, una trayectoria centrada en juicios y valores sobre el niño. La necesidad de una reforma educativa orientada al alumno era evidente, la evaluación desde una perspectiva transformadora, donde los resultados formaban parte del análisis de la vivencia del niño. La evaluación desde el siglo IV no era comprendida, sabemos que la evaluación es indispensable para valorar la diversidad de los alumnos y proporcionar experiencias que les ayuden a avanzar ya desarrollarse, es a partir de la evaluación que podemos conocer las diferentes dificultades y necesidades individuales De los alumnos y planificar diversas actividades que posibiliten su desarrollo, sin que se sientan incapaces y frustrados a realizarlas. Así, algunas implementaciones en las Políticas Públicas con base en documentos legales ocurrieron hasta el surgimiento del Referencial Curricular Nacional para la Educación Infantil (RCNEI), visando la orientación didáctica de profesores en esta área. El RCNEI fue publicado en 1998 y aún es utilizado por profesores e instituciones en todo el país, aunque un marco importante de base para la construcción de otros documentos de políticas públicas en Brasil, la evaluación en la educación infantil sólo será efectiva con la creciente y efectiva La formación de calidad al profesor, pues es él quien actúa directamente con los niños en el aula. En este caso, es esencial la mediación, es decir, un profesor que promueve un ambiente de confianza, valorizando las acciones educativas desencadenando nuevos conocimientos construidos a partir del desarrollo individual de cada alumno.

Palabras clave: Evaluación; Educación; Currículo Referencial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. 3 v. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALDEIRA, A. M. S. **Avaliação e processo de ensino aprendizagem**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 3, set./out. 1997, p. 53-61.

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ESTEBAN, M. T. **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOFFMANN, J. **Avaliação: Mito e Desafio**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

HOFFMANN, J. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 2004.

MANACORDA, M. A. **História da Educação da Antigüidade aos nossos dias**. Tradução de Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez, 1989.

OLIVEIRA, Z. R. De. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, J. **Epistemologia genética**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Grandes Pensadores**. São Paulo: Editora Abril, nº. 19, edição especial, julho, 2008.

SMOLE, K. C. S. **Inteligência e avaliação: da idéia de medida à idéia de projeto**. Tese de doutorado pela FE/USP, 2001.

SOEIRO, L.; AVELINE, S. **Avaliação Educacional**. Porto Alegre: Sulina, 1982.

SOUZA, N. M. C. de. A avaliação no processo de construção do Conhecimento. **Revista Amae - Educando**. Belo Horizonte, 1992.

Recebido em junho de 2016.

Aprovado em abril de 2018.